

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 37

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte cinco pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida para Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----
2. Apreciação e Votação das Condições de atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo 2025. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Ana Maria Miguéis Martins e Sá, Paulo António Constantino de Sá Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Abel Rodrigues Magalhães e António José Cardoso de Barros. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos e Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca e António Miguel da Costa Cardoso Antunes. -----

Bloco de Esquerda – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Miguel Albergaria Furtado Semedo. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Gianpiero Freire Zignoni, substituído por Ana Maria Miguéis Martins e Sá e Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto. -----

O Deputado António José Cardoso Barros não esteve presente e não foi substituído. -----

PS – José António Teixeira, substituído por Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

BE – Teresa Marisa Alves Martins, substituída por Miguel Albergaria Furtado Semedo. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – Gianpiero Freire Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Natacha Filipa da Silva Santos e António José Cardoso de Barros. -----

PS – José António Teixeira. -----

B.E. – Teresa Marisa Alves Martins. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e o Vogal Augusto Artur Saldanha. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes. Informa o Plenário que estão a fazer um pequeno compasso de espera, porque a 2ª Secretária Maria Cristina teve um pequeno imprevisto. Neste sentido, pergunta ao Plenário se podem começar a adiantar a leitura do Edital e vão lendo até entrarem na O.T. Se alguém se opuser, nada é realizado. Como ninguém demonstrou desacordo, informa que vai ser lido o Edital. -----

Mário Praça (1º Sec. da Mesa) – Inicia a sua intervenção por ler o Edital. De seguida faz a chamada dos presentes. Neste momento estão 17 Membros presentes na sala. -----

Presidente da AF – Aproveita para dizer, antes de entrar na Ordem do Dia, que não fizeram a conferência de líderes, mas alocaram ao 1º Ponto o tempo que tem de ser e ao 2º Ponto, 50 minutos, pois considero ser suficiente. Pergunta se estão de acordo ou se preferem mais tempo. Ninguém se opôs. De imediato pergunta se algum elemento do público presente, pretende intervir, mas ninguém se inscreveu para o fazer. Afirma que estão num momento de impasse, uma vez que a 2ª Secretária está a chegar. Pelo que, informa o Plenário que vai suspender os trabalhos, tendo de imediato pedido desculpas. Após o reinício dos trabalhos, informa o Plenário que estão presentes 18 Deputados presentes, têm menos um, que é o Sr. António José Cardoso de Barros. Pede desculpas pela suspensão dos trabalhos e pelo imprevisto. A Srª 2ª Secretária também pede desculpas. Refere que têm de se evitar que estas situações aconteçam para o bom funcionamento da assembleia. A Mesa, numa situação destas, deve ponderar a substituição para continuar os trabalhos. De seguida entrou-se no **Ponto 1** da O.T. “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”. Informa que já está enunciada proposta do Sr. Abel Rodrigues Magalhães, por indicação do Sr. Presidente da Junta. De imediato pergunta se alguém pretende intervir, mas ninguém se inscreveu para o fazer. Passou-se de imediato para a votação e informa que quem quiser vota e quem não quiser, não vota. Após a contagem dos votos, o resultado foi o seguinte: Votos brancos: 11. Votos a favor: 5. A Bancada da CDU não votou este Ponto da O.T. Não foi aprovado a eleição do Membro da Assembleia para o Executivo da Junta. -----

João Gonçalves (CDU) – Faz uma declaração de voto, começa por afirmar que com esta votação, já é a décima vez que o Presidente da Junta apresenta uma Proposta para eleger o sétimo Membro do seu grupo para o Executivo, apesar de só ter recebido seis mandatos em 2021 e desta forma, novamente ganhar na secretaria um mandato que os eleitores lhe recusaram nesse ano, quando perdeu um terço da votação recebida em 2017 e 2013. As nove propostas anteriores sempre receberam apenas seis votos, o que não permite a eleição. A CDU continua a considerar que mesmo que ocorresse, esta eleição não teria suporte legal, reiterando o entendimento que continua a aplicar e que já repetiram por várias vezes. De seguida passou a citar o último parágrafo de um documento intitulado “Eleição de Vogal”, o qual fica anexo a esta Ata, mas que a dada altura diz o seguinte: “Acresce que, como recordamos em 18 de Dezembro passado, a eleita do PSD que renunciou apo lugar no Executivo, em 2023, não mais desempenhou funções apesar de a isso estar legalmente obrigada, e faltou a um número de reuniões de Junta que inevitavelmente deveriam conduzir judicial da perda do seu mandato – algo que ainda não aconteceu apenas porque o Sr.

Presidente da Junta não cumpriu a Lei, assim dando cobertura à atitude daquela Vogal. Assim, a CDU novamente recusa participar nesta votação aberrante”, fim de citação. -----

Presidente da Junta – Disse ao Sr. Deputado, que a CDU em Portugal, ainda não é lei. O entendimento e o Parecer da CDU, não é lei. Está a cumprir a Lei e o que lá está é que o Presidente da Junta escolhe o Membro para subir. É isso que tem feito. -----

Presidente da AF – Não havendo mais intervenções, passou-se ao Ponto 2 da O.T. “Apreciação e Votação das Condições de atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo 2025.” -----

Presidente da Junta – Afirmou que passaram três anos desde que este executivo tomou posse, e como os deputados podem ver há um auditório renovado, o chão e as janelas e ira ter ar condicionado. Também informou que houve um reforço em trinta mil euros de dinheiro da Junta para o fundo de apoio ao associativismo. Há um trabalho sério com contas sérias, e também o colaborativo foi reforçado com vinte mil euros. Sendo a única junta a fazer tal. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que se hoje estão nesta sessão extraordinária a debater este ponto, foi porque a Câmara aprovou esta nova versão no dia treze e estipulou o dia trinta de abril para a conclusão do processo. A verba é igual aos anos anteriores e mais uma vez será um júri que terá de cumprir o que a Câmara determina. Ou seja, o apoio municipal ao associativismo continua a ser de cento e vinte mil euros. Apesar dos níveis de inflação verificados e da capacidade financeira do município, que é quem atribui, pagando ainda cinco mil euros à freguesia para organizar o processo. Refere que o fundo de apoio ao associativismo portuense foi criado por proposta da CDU. E que a concretização pela maioria camarária se revelou desorganizada e ineficiente. Em 2022 o processo foi transferido a Junta de Freguesia e dessa forma houve um alargamento de associações apoiadas. Mas também resultou na existência de situações de duplo, triplo e até quádruplo apoio a entidades que apresentam candidaturas em mais que uma freguesia. A maioria camarária não aceitou a sugestão para corrigir essa distorção. Continua a CDU a valorizar este apoio, reiterando que é insuficiente. A junta procedeu a um reforço financeiro proposto pela CDU para colmatar essa insuficiência e defende a criação de mecanismos de simplificação e controlo que impeçam a desigualdade na obtenção deste apoio. Novamente registamos que ainda não foi presente a esta Assembleia para a devida fiscalização que lhe compete, nenhum relatório final de execução do contrato subscrito pelo seu gestor, tal como previsto no número quatro da cláusula quarta dos contratos interadministrativos anteriores. Pese embora nesta data já terem terminados os prazos de execução dos projetos contemplados nas edições de 2022 e 2023. Reitera anteriores pedidos de esclarecimento. Foi feito um esforço para debater o processo com o movimento associativo, a fim de melhorar, que balanço faz a junta sobre os resultados do processo e formas de o tornar mais justo e abrangente? E se a Assembleia vai desta vez ser ouvida previamente sobre a constituição do Júri e as condições de atribuição visando impedir distorções. A CDU mantém a afirmação da necessidade de a Assembleia de Freguesias intervir mais ativamente no processo. Designadamente pela criação de um regulamento ou pelo menos na definição de critérios claros que balizem a atuação do júri, sem que tal implique qualquer menosprezo pelos respetivos membros. Constatando que este novo contrato obriga a que o relatório final do júri seja enviado à Câmara até 30 de abril, sob pena de não celebração do contrato de transferência de cento e vinte mil euros propõe que a apreciação ocorra a 29 de abril, uma terça-feira, de forma a maximizar o tempo concedido às associações e ao júri. Enquanto se exige à junta um grande esforço e rapidez de esclarecimento e mobilização das associações, para que possam cumprir estes prazos apertados. Frisa que não será aceite qualquer tentativa de aproveitamento eleitoralista do executivo quanto a este

apoio municipal. Em futuros mandatos espera que possa ser possível apoiar o associativismo de forma mais justa e menos burocrática, pois é um pilar da vida em comunidade. Potenciador do incremento do desporto, da cultura e da solidariedade como vetores de desenvolvimento do nosso povo. -----

Natacha Meunier (PAN) – Disse que volta a repetir as sugestões sobre os eixos, e que novamente o eixo juventude e ambiente com características diferentes, em conjunto. A sustentabilidade e ambiente carecem de uma análise pormenorizada, e que as associações são obrigadas a fazer muitas vezes o trabalho e intervenção, que o Estado e as Autarquias não conseguem desenvolver. Também com alguma tristeza ver que não existe um eixo dedicado ao bem-estar animal. Subscrive as palavras do deputado Vítor Vieira da CDU relativamente ao envio dos relatórios finais do desenvolvimento do Fundo de Apoio ao Associativismo. Para finalizar uma palavra de apreço à proatividade do executivo em ter reforçado os valores que vão ser atribuídos ao Fundo de Apoio ao Associativismo, mas também considera que continua a ser insuficiente, nomeadamente pelo aumento do custo de vida e pelas dificuldades que as associações têm em desenvolver o seu trabalho mais próximo da comunidade. -----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que vai intervir pelo PS sobre uma matéria que acha que o deve fazer, também porque os senhores deputados gostam de ouvir as intervenções do PS e quando não o fazem, apressam-se a tirar conclusões sobre esse silêncio, conclusões essas que na maior parte das vezes são perversas e mesquinhas, com o objetivo “intrigalhada”. Sobre o contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo, diz que está perante um documento igual a todos os anteriores. Um documento em que há pouco para dizer, para além do que já se disse noutras ocasiões. Documento idêntico foi apresentado, tudo o que anteriormente se sugeriu, não teve qualquer alteração. Mas dado tratar-se de um apoio ao associativismo portuense, que envolve trabalho comunitário junto das populações, apoio esse que é atribuído a todas as freguesias. Entende que o apoio dado por esta União de Freguesias deve ser atribuído exclusivamente às associações que tem a sua sede nesta União de Freguesias. Como todas as Freguesias dispõem deste mesmo mecanismo, pode estar perante injustiças que devem ser evitadas, ou seja sobreposição de apoios. Ao estender-se a outras freguesias pode permitir que haja quem possa beneficiar destes apoios por parte de várias autarquias, provocando com isso a falta de espaço a algumas associações sediadas nesta União de Freguesias. Por outro lado, pode levantar questões dúbias, como é o caso da contemplada no último Fundo a denominada Associação do Recife, sediada em Ramalde e que já foi aqui falada anterior momento em reunião deste órgão, associação esta que tanto quanto sabemos, tutela a Rádio Metropolitana, rádio essa que efetuou uma série de espetáculos pela freguesia. Enquanto rádio não recebeu nada por isso. Para finalizar disse que o PS entende que estas verbas não devem servir para instituições prestarem serviços por encomenda às Juntas de Freguesia, mas sim para as instituições desenvolverem as suas próprias atividades em prol da comunidade em que estão inseridas. Que fique claro que o PS é a favor deste fundo para o apoio ao associativismo. Mas queria deixar bem claro as preocupações a bem do rigor, da transparência e da justiça destas verbas. -----

Presidente da Junta – Compreende que seja fácil vir ao microfone e levantar suspeitas sobre uma coisa que não existe. O júri são pessoas idóneas, exemplares e não merecem este tipo de comentário. A Associação Recife é uma associação como todas as outras. Detentora da Rádio Metropolitana. Os orçamentos colaborativos e o fundo de apoio ao associativismo permitem que qualquer associação mesmo sediada fora da cidade, desde que tenha um projeto com intervenção direta, com impacto na União de Freguesias, pode-se candidatar. O que a associação fez, foi apresentar um projeto que é o “Há festas na freguesia” onde realizou festas,

no bolhão, em diversos coretos e outros sítios da freguesia. O júri entendeu eleger. Pessoalmente acha um projeto bonito, que teve intervenção na União de Freguesias. Dentro dos eleitos há a Cruz Vermelha que apesar de ter um polo na União de Freguesias é uma associação de carácter nacional. -----

Miguel Semedo (BE) – Disse que em relação ao Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense já reiterou diversas vezes tanto na Assembleia de Freguesia como noutros órgãos autárquicos, que considera este fundo uma ferramenta essencial de apoio ao movimento associativo na Cidade do Porto. E considera novamente que o valor atribuído pela Câmara Municipal a esta União de Freguesias é reduzido, cento e vinte mil euros o mesmo valor de 2022, tendo em conta que os custos de operação de muitas associações aumentou em paralelo com a inflação, portanto esse Fundo da Câmara para a União de Freguesias também deveria ser aumentando. Mas tal continua a não acontecer, embora o BE congratula com o investimento próprio do Executivo da União de Freguesias de acrescentar trinta mil euros do Orçamento de 2025 para este fundo. Preocupa o facto de muitos aspetos importantes deste Fundo não serem discutidos nesta Assembleia de Freguesia, como o regulamento, os critérios de composição do júri, os critérios de avaliação das candidaturas e os prazos das próprias candidaturas, que se lembra de em 2022 serem apertadíssimos. O que dificulta muitas associações pequenas de prepararem boas candidaturas. Há muitas coisas que deveriam ser discutidas nesta Assembleia de Freguesias e que não tem sido discutidas e não há nenhuma garantia que venham a ser discutidas para 2025. Gostava que houvesse alguma garantia da parte do Senhor Presidente que tal vai acontecer este ano ou não. Nunca poderia o BE votar contra este apoio porque é realmente essencial a muitas associações, mas também é difícil votar a favor com tantas interrogações por responder. -----

Fernando Oliveira (PS) – Começou por dizer que quer esclarecer uma coisa e vai ler o paragrafo que criou duvidas, e que o Sr. Presidente disse ter levantado suspeitas. “Por outro lado, pode levantar questões dúbias. Como é o caso da contemplada no último fundo a Associação do Recife, sediada em Ramalde. Já aqui falada em anterior reunião deste órgão. associação esta que, tanto quanto sabemos, tutela a Rádio Metropolitana. Rádio essa que por sua vez efetuou uma série de espetáculos pela freguesia e enquanto rádio oficialmente não recebeu nada.” Foi isto que leu e o Sr. Presidente disse que foram levantadas suspeitas e acabou por dizer a mesma coisa que acabou de ler agora. Não desmentiu pelo contrário disse que a Rádio Metropolitana fez o que fez que tinha sido já dito e colocou também o nome da Associação do Recife. Portanto disse a mesma coisa. Para além de não ter levantado suspeita nenhuma também não fez nenhuma pergunta ao Senhor Presidente, por isso não percebe a intervenção do Senhor Presidente. -----

Presidente da Junta – Disse que ia repetir o paragrafo que ouviu “levanta dúvidas que uma associação que não é sediada na União de Freguesias”, portanto se levanta dúvidas, é dizer que levanta suspeitas. Mas está orgulhoso do trabalho do júri que tem sido feito. O Executivo vai manter a mesma equipa de júri porque tem sido feito um trabalho sério. Há uma grande proximidade com as associações. Todos os anos batem recordes nas candidaturas. Há associações que pedem ajuda para elaborar as candidaturas. E as colaboradoras do gabinete tem apoiado todas elas que pedem ajuda. No ano passado receberam cinquenta ou cinquenta e uma candidaturas e foram eleitas vinte quatro ou vinte cinco. Não tem agora de memória. Por isso está muito orgulhoso do trabalho do júri e deste executivo.

Fernando Oliveira (PS) – Interveio para repetir “por outro lado pode levantar questões dúbias ... dúbias. Como é o caso da contemplada no último Fundo a Associação do Recife, sediada em Ramalde. Já aqui falada em anterior reunião deste órgão. associação esta, tanto quanto

M. Moutinho
ERB

sabemos, tutela a Rádio Metropolitana, Rádio esta que, por sua vez, efetuou uma série de espetáculos pela freguesia e enquanto rádio oficialmente não recebeu nada por isso.” E para terminar, leu de novo a primeira linha “Por outro lado, pode levantar questões dúbias”-----

Presidente da AF – Deu por terminado este ponto e procedeu à votação. Cujo resultado foi o seguinte: dezasseis votos a favor, sendo cinco do Aqui Há Porto – RM; Quatro do PSD; dois da CDU e um do PAN; Abstenções: dois do BE; Votos Contra: zero. Este ponto foi aprovado. -----

Mário Moutinho (BE) – Disse que vem fazer uma declaração de voto que não estava prevista. Já tudo tinha sido dito pelo Miguel Semedo, mas como houve comentários idiotas, vem responder. Não era preciso fazer a declaração de voto, mas agora fica feita. O Bloco de Esquerda não é contra a atribuição desta verba, que é fundamental para a existência e para o funcionamento das associações. O Bloco de Esquerda apenas levanta questões em relação ao processo, em relação à pouca verba que é atribuída a este programa. Levanta questões em relação à ausência absoluta da possibilidade desta assembleia perceber os critérios de avaliação do júri, os critérios da elaboração do regulamento e os critérios da nomeação do júri. Uma questão de critérios. O Bloco de Esquerda tem dúvidas em relação aos critérios. Não tem dúvidas em relação ao fundo, a necessidade desse fundo para apoiar as associações. Já foi dito nesta Assembleia, na vereação e no município. Toda a gente percebeu exceto o Senhor Presidente. -----

Natacha Meunier (PAN) – Antes de iniciar a declaração de voto, queria intervir sobre o que se passou no momento, era rápido, e acha que se impõe uma palavra. -----

Presidente da AF – Disse que não podia ser, mas que o poderia fazer constar na declaração de voto se assim entender. -----

Natacha Meunier (PAN) – Continuou dizendo que iria na declaração de voto anexar esta declaração em defesa do Senhor Mário Moutinho, que lhe devem respeito pelos anos que já executa funções na política e pública. Por isso acha que o comentário do Senhor Presidente de perguntar se isto era o teatro também não foi apropriado. O senhor deputado tem toda a liberdade de expressão para tecer a ideia sobre aquilo que foi um comentário seu. Sabe que o Senhor deputado não precisa de defesa, mas em seu próprio nome sentiu necessidade de o fazer. E acha que lhe devem a experiência e os anos que já dedicou à política, e à causa pública. Portanto é-lhe devido respeito, quanto mais não seja pela antiguidade em funções. Em relação à declaração de voto, disse que o voto a favor, não é uma carta branca. Apesar de ser um voto a favor, com as muitas preocupações que foram ditas nesta Assembleia e que subscreve. Nomeadamente a função desta Assembleia de escrutínio e de fiscalização deste apoio e que conta que o Senhor Presidente reponha ou pelo menos tenha uma ação proativa em trazer, de forma mais transparente e mais clara, a execução e todos os processos anexos a este fundo de apoio ao associativismo, que considera ser um fundo de extrema relevância para a comunidade desta freguesia. E por relevante e importante daí a necessidade mais aprofundada do escrutínio da fiscalização da Assembleia. -----

Presidente da Junta – Agradeceu a todos os partidos que votaram a favor desde fundo de apoio. É um fundo importante que vêm da Câmara, que foi reforçado pela junta e que vai apoiar muitas associações. A Junta não tem qualquer competência para alterar termos ou condições que são impostas na delegação de competências por parte do município. Algumas questões que foram colocadas nesta assembleia por alguns senhores deputados, devem ser colocadas em sede própria, que é no executivo municipal, onde todos os senhores deputados têm representação. Quanto às pessoas que vem aqui, que tem muitos anos de política, mas não respeitam as pessoas através das palavras e depois vem, o advogado de defesa dizer que tem muitos anos e que por isso pode dizer tudo o que quer que lhe apeteça. Disse que ele era o



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da Junta e merece respeito. Tem feito um trabalho sério desde que chegou à Junta. Respeita todos. Os senhores deputados devem fazer política, devem zelar pela vossa ideologia, por aquilo que acreditam, mas respeitando as pessoas, respeitando a ele próprio e o cargo que ocupa. Foi eleito pela maioria dos fregueses desta União de Freguesias. -----

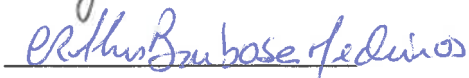
Vítor Vieira (CDU) – Começa por uma nota pessoal justificativa, foi vereador substituto na reunião da Câmara, quando este contrato interadministrativo foi aprovado, está em condições de garantir ao Senhor Presidente que foi colocada a questão da Junta, poder intervir no procedimento e não foi dito que era impossível, portanto mais uma vez fica comprovado que querendo a freguesia poderia melhorar aquilo que veio da Câmara. Quanto à votação deste acordo interadministrativo de fundo de apoio ao associativismo Portuense 2025, verba municipal, o processo de escolha de beneficiários é gerido pela Junta de Freguesia. Disse que mais uma vez a Câmara meramente contratualiza com a Junta de Freguesia o processo de seleção de beneficiários deste apoio municipal ao associativismo, mediante o pagamento de cinco mil euros. Apela a um esforço da Junta para esclarecer e mobilizar as associações e coletividades a participar, face ao curto espaço de tempo, apesar de excessiva exigência burocrática e das instruções existentes. Lembra que por ser ano eleitoral, a Junta deve abster-se de tentar aproveitar em termos eleitoralistas deste apoio municipal. Reitera que a Câmara deveria ter reforçado o valor desse apoio que mais uma vez se manteve em cento e vinte mil euros, apesar dos níveis de inflação que se registam e da capacidade financeira da Câmara se ter reforçado. Apesar disso e por se tratar de um apoio que foi proposto e conquistado pela CDU e desta vez, por também ter sido aceite pela Junta o repto que lançaram para reforçar a verba. Mais uma vez votam favoravelmente de forma critica, mas propositiva. Procurando sempre que este apoio e respetivo procedimento possa vir a ser mais justo e reforçado no futuro.

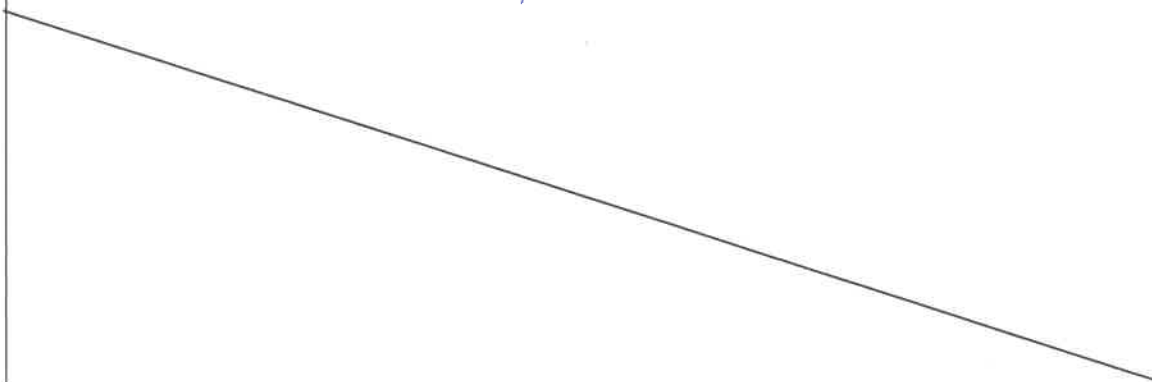
Presidente da AF – Não havendo mais nenhuma intervenção, informou os Srs. Deputados que iria ler a Ata minuta para ser votada. A minuta da Ata depois de lida, foi aprovada por unanimidade. De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 29 de janeiro de 2025, pelas 22.40 horas. -

O Presidente: 

O 1º Secretário: 

O 2º Secretário: 



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



1 - Eleição de Vogal

Com esta, é a décima (!) vez que é apresentada uma proposta do senhor Presidente da Junta para eleger um sétimo membro do seu grupo ("AhP/Rui Moreira") para o Executivo, apesar de apenas ter recebido 6 mandatos em 2021, assim procurando esse grupo, novamente, "ganhar na secretaria" o mandato que os eleitores lhe recusaram em Setembro de 2021, quando perdeu um terço da votação recebida em 2017 e 2013.

As 9 propostas anteriores sempre receberam apenas 6 votos num universo de 19, o que não permite a eleição.

A CDU continua a considerar que tal eleição, mesmo que ocorresse, não teria suporte legal, reiterando o entendimento de que se continua a aplicar o raciocínio vertido em Parecer de 2021 da CCDR-N e em Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de Janeiro de 2023: quem só obteve 6 eleitos não pode ter 7 mandatos.

Lembramos ainda que em Parecer de Novembro de 2023 a CCDR-N concluiu que "o executivo da Junta de Freguesia só poderá funcionar se tiver a totalidade dos vogais previstos" na Lei; e que tal conclusão se mantém válida, mesmo após o "esclarecimento adicional" que a CCDR-N emitiu em Março de 2024 sobre aquele Parecer, "esclarecimento" esse de que discordamos e que sempre necessitaria, se aplicado, de apreciação judicial, pois entendemos que um Parecer da CCDR-N não se pode sobrepôr a jurisprudência firmada por Tribunal superior, como é alegado.

Acresce que, como recordamos em 18 de Dezembro passado, a eleita do PSD que renunciou ao lugar no Executivo, em 2023, não mais desempenhou funções apesar de a isso estar legalmente obrigada, e faltou a um número de reuniões de Junta que inevitavelmente deveriam conduzir à declaração judicial da perda do seu mandato - algo que ainda não aconteceu apenas porque o senhor Presidente da Junta não cumpriu a Lei, assim dando cobertura à atitude daquela Vogal.

Assim, **a CDU novamente recusa participar nesta votação aberrante.**

/CDU: 29 de janeiro de 2025